

## PERFORMANCE GEOECONÔMICA NA AMÉRICA DO SUL: APONTAMENTOS SOBRE AMACRO E A AGENDA HORIZONTE 2030

Dr. Cristovão Henrique Ribeiro da Silva  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4397-0552>

Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea; Geógrafo; Internacionalista; Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC); Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFAC; e Diretor Estratégico (DRX) do Instituto de Pesquisa de Geoeconomia da América do Sul (Instituto GeoLAB).

[cristovamhenrique7@gmail.com](mailto:cristovamhenrique7@gmail.com)

Recebido em: 23/09/2021; Aceito em: 20/06/2022; Publicado em: 15/07/2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.1-9>

### RESUMO

Este artigo faz parte dos esforços de compreender os desafios geoeconômicos/geopolíticos traçando planos de *performance* geoeconômica na América do Sul de acordo com os objetivos da Agenda da ONU 2030/Horizonte 2030. Essa agenda de pesquisa se abre diante de um cenário de crise sistêmica no capitalismo com implicações geoeconômicas e geopolíticas em escala global resultante da pandemia do novo coronavírus que forçou os Estados Nações a criarem uma perspectiva de recuperação econômica para o pós-pandemia. E posterior a isso, o conflito no continente europeu mexeu com os mercados internacionais com disparo de preços das commodities agrícolas e minerais. Assim, neste artigo, consideramos o arco Norte do continente sul-americano como o mais biodiverso e complexo do planeta, com janelas de oportunidades de integração regional, assim, ainda que no cenário adverso, aqui salientaremos as experiências exitosas, identificando os problemas, e sugerindo saídas no contexto de mudanças climáticas e de recuperação econômica regional pós-COVID-19 e pós-guerra da Ucrânia.

**Palavras-chave:** Geoeconomia; Sustentabilidade; Mudanças Climáticas; Geopolítica do Clima; Desenvolvimento Regional.

### *GEOECONOMIC PERFORMANCE IN SOUTH AMERICA: NOTES ON AMACRO AND EXIT TO THE PACIFIC AND 2030 HORIZON AGENDA*

### ABSTRACT

This article is part of the efforts to understand the geoeconomic/geopolitical challenges outlining geoeconomic performance plans in South America in accordance with the objectives of the UN Agenda 2030/Horizon 2030. This research agenda opens in the face of a scenario of systemic crisis in the capitalism with geoeconomic and geopolitical implications on a global scale resulting from the new coronavirus pandemic that forced nation states to create a perspective of economic recovery for the post-pandemic period. And after that, the conflict on the European continent messed with international markets with soaring prices of agricultural and mineral commodities. Thus, in this article, we consider

the North arc of the South American continent as the most biodiverse and complex on the planet, with windows of opportunities for regional integration, so, even in the adverse scenario, here we will highlight the successful experiences, identifying the problems, and suggesting ways out in the context of climate change and Ukraine's post-COVID-19 and post-war regional economic recovery.

**KEYWORDS:** Geoeconomics; Sustainability; Climate Change; Climate Geopolitics; Regional Development.

## ***DESEMPEÑO GEOECONÓMICO EN SUDAMÉRICA: NOTAS SOBRE AMACRO Y SALIDA A LA AGENDA DEL PACÍFICO Y HORIZONTE 2030***

### **RESUMEN**

Este artículo se enmarca en los esfuerzos por comprender los desafíos geoeconómicos/geopolíticos mediante la elaboración de planes de desempeño geoeconómico en América del Sur de acuerdo con los objetivos de la Agenda 2030/Horizonte 2030 de la ONU. Esta agenda de investigación se abre ante un escenario de crisis sistémica. crisis en Brasil capitalismo con implicaciones geoeconómicas y geopolíticas a escala global producto de la pandemia del nuevo coronavirus que obligó a los estados nación a crear una perspectiva de recuperación económica para el período pospandemia. Y después de eso, el conflicto en el continente europeo interfirió con los mercados internacionales con precios altísimos de productos básicos agrícolas y minerales. Así, en este artículo consideramos al arco norte del continente sudamericano como el más biodiverso y complejo del planeta, con ventanas de oportunidades para la integración regional, por lo que, aún en el escenario adverso, destacaremos aquí las experiencias exitosas, identificando los problemas y sugiriendo salidas en el contexto del cambio climático y la recuperación económica regional de Ucrania posterior a COVID-19 y posterior a la guerra. **Palabras clave:** Geoeconomía; Sostenibilidad; Cambio Climático; Geopolítica Climática; Desarrollo Regional.

### **1. INTRODUÇÃO**

Neste texto temos o objetivo de compor uma análise de conjuntura que possa oferecer algumas pistas para a recuperação econômica no continente sul-americano. Que experiência neste início de década um dos períodos mais difíceis no enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Somatizado a essas crises multidimensionais (sanitária, econômica, política, social) a América do Sul tem na agenda ambiental, um dos seus principais ativos no pós-pandemia, a oportunidade de se encaixar nas fissuras abertas e potencialidades de redesenho de objetivos que estejam alinhados com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que os 193 países representados na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovaram em setembro de 2015.

As contribuições científicas neste debate perpassam justamente por sua característica multidisciplinar e interinstitucional para oferecer subsídios para formulação e reformulação de políticas públicas urbanas e regionais no continente sul-americano, passando fundamentalmente na agenda da integração regional.

As contribuições científicas neste debate perpassam justamente por sua característica multidisciplinar e interinstitucional para oferecer subsídios para formulação e reformulação de políticas públicas urbanas e regionais no continente sul-americano, passando fundamentalmente na agenda da integração regional.

Portanto, daqueles 17 objetivos da *Agenda 2030* da *ONU*, procura-se, neste artigo, reunir elementos que ofereçam estratégias que contemplem, especificamente os objetivos listados a seguir.

- **Objetivo 6:** assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- **Objetivo 7:** assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- **Objetivo 8:** promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- **Objetivo 9:** construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- **Objetivo 11:** tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- **Objetivo 13:** tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- **Objetivo 15:** proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- **Objetivo 16:** promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Evidentemente os outros objetivos da Agenda 2030 são imprescindíveis para a análise mais ampla da integração regional, entretanto, aqui na proposta, eles não figuram como objetivos laterais de ataque das ações transversais que o debate sobre recuperação econômica e regional do continente abarca.

Assim, a hipótese a ser testada é que a redefinição da estrutura produtiva global do capitalismo contemporâneo redesenhou e exige *performance* geoeconômica de novas sub-regiões geoeconômicas, assim esse movimento, forjou uma sub-região AMACRO, conectando

os Oceanos Atlântico e Pacífico e será um fator decisivo para a economia internacional da América do Sul – com destaque para Bolívia/Peru e Brasil.

Na esteira disso, em uma leitura mais regionalizada, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) compartilhou os objetivos - Agenda 2030 e os intitulou de *Horizonte 2030*. Com o foco de caracterizar as “*mudanças tectônicas*” no sistema internacional protagonizado pela ascensão geoeconômica chinesa na geopolítica global.

O cenário é de inúmeros desafios no campo da integração regional já que fronteiras terrestres foram fechadas, comércios fechados, empresas foram à bancarrota, entretanto, as commodities agrícolas entraram em superciclo de valorização de preços, que tensionou as novas fronteiras agrícolas no continente sul-americano, com destaque para o arco Norte do Brasil. Assim, temos um problema central que aparece como desafio de como garantir do desenvolvimento do agronegócio sem pôr em risco regiões sensíveis como a Amazônia.

Assim, esse texto é composto por esta introdução, um panorama sobre a questão geoeconômica e geopolítica a partir das considerações do impacto da COVID-19 na América do Sul, ainda que de modo inicial e apresentamos o contexto de uma nova sub-regionalização AMACRO – formada por recortes regionais dos estados de Amazonas, Acre e Rondônia como base regional geoeconômica das redes e/ou rotas de saída para o Oceano Pacífico. E as considerações finais deste texto que possui um tom capitular já que continuamos a construir a agenda de pesquisa cravada pela CEPAL, a partir do documento Horizonte 2030, que apresentaremos a seguir.

## **2. AS MUDANÇAS TECTÔNICAS, AS CRISES NA AMÉRICA DO SUL NO HORIZONTE 2030**

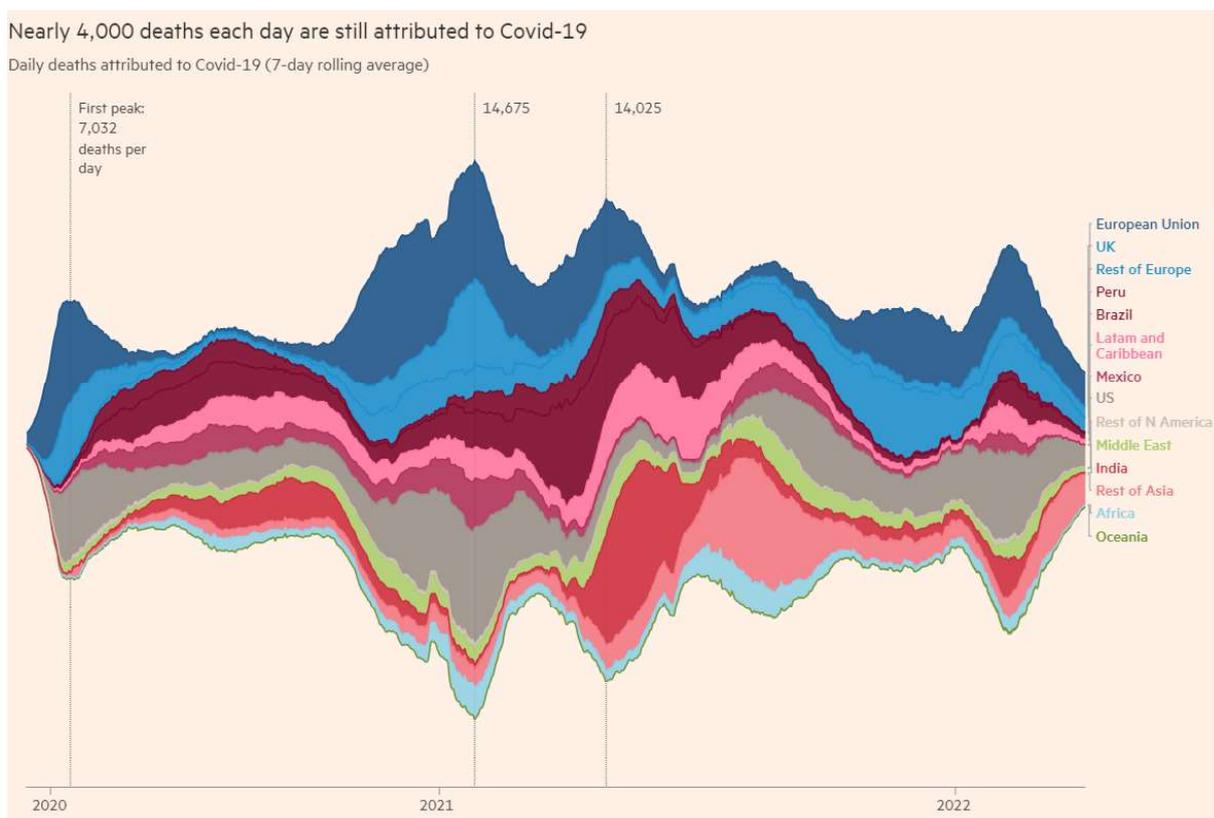
Chegamos na segunda década do século XXI e, mais do que nunca, o desenvolvimento sustentável passa ser uma peça-chave para entendermos que modelo de sociedade que vivemos e, como será o mundo que deixaremos para gerações futuras. O mundo todo assiste com cautela e precaução a rápida expansão global do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) desde dezembro de 2019. Tido no início como surto na cidade de Wuhan, na China, a COVID-19, teve sua origem a partir do contato de humanos e animais silvestres que eram comercializados em uma feira na cidade chinesa.

É uma questão complexa que exige um esforço conjunto de mesmo nível, uma vez que o impacto da pandemia já é sentido na dimensão econômica da sociedade global. Como

'mudanças tectônicas', do ponto de vista geoeconômico, entendamos a reorganização comercial, demográfica, regional, ambiental e tecnológica que em rápido movimento balançou o jogo geopolítico e geoeconômico em países e blocos regionais.

A pandemia agiu como um curto-circuito no sistema internacional na América do Sul, os dados apontam que 8 dos 10 países com maiores taxas de mortalidade pela doença nas últimas semanas estão localizados nas Américas (OUR WORLD IN DATA, 2021). Sendo Brasil, com 60% dos casos, e o Peru 19% das mortes no continente, figurando assim os dois países que mais sofreram com a pandemia de COVID-19 como mostra o Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Mortes por COVID-19 no mundo (15 março 2020 | 20 de junho de 2022)



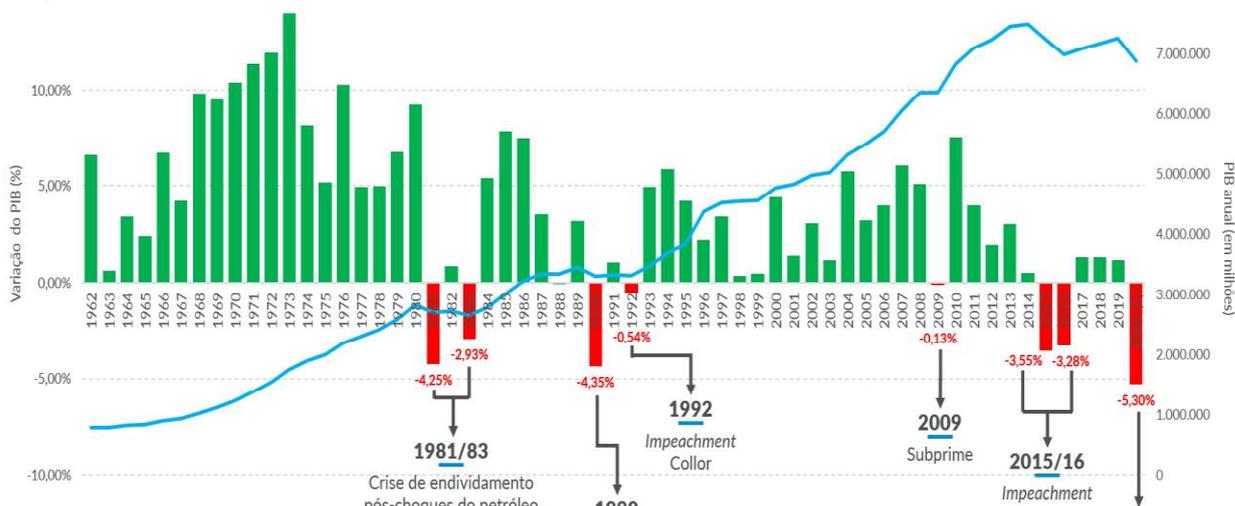
Fonte: Financial Times, 2022.

Esse contexto de pandemia na saúde pública criou uma desaceleração da atividade econômica global, e possui uma dimensão ambiental importante, e emergirá no pós-COVID-19 um mundo menos aberto com nacionalismos reforçados com a aceleração da ampliação do poder geoeconômico e geopolítico chinês como aponta Walt (2020). Nesse ponto que surge as mudanças tectônicas que abrirá as brechas que os países da América do Sul deverão persistir

em progresso técnico-ambiental com vistas a uma transição para uma economia de baixo carbono.

Vejam, tendo de um lado, portanto, a crise sanitária, a maior economia da região sul-americana, o Brasil, amarga um tombo econômico no ano de 2020, na casa dos 4,1% como mostra o gráfico 2. Por isso, nesse quesito reside a capacidade crítica de virada de contexto regional no sentido de buscar que os rearranjos sejam alcançados no sentido de compor o objetivo da Agenda 2030 a fim de construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação regional.

**Gráfico 2:** Crescimento nominal do PIB 1962-2020



Fonte: IBGE, Contas Nacionais, 2021.

Até por que essa virada crítica, operando nessas brechas, que apontam as balizas do Horizonte 2030, a cada ano, as temperaturas globais registram recordes de aquecimento, as cidades globais exigem cada vez mais recursos naturais, mesmo com os avanços da agricultura de precisão, centenas de hectares de floresta nativas são desmatados ou destruídos em queimadas (MapBiomias, 2021). Fato que inegavelmente força a migração de animais silvestres para áreas urbanas, e o contato com os humanos é inevitável. Evidentemente, essa dinâmica possui peculiaridades em diferentes regiões do planeta, e, no caso do COVID-19, era um caso específico de um mercado de venda de animais silvestres vivos em Wuhan.

Ainda assim, a dimensão ambiental está embutida a pandemia de COVID-19, somada a questão do desenvolvimento econômico, ela pode no cenário de recuperação econômica regional, para o Brasil e, especificamente, aqui no centro da Amazônia Ocidental. Ao mesmo

tempo, a Guerra da Ucrânia trouxe um impacto severo na circulação de mercadorias e nos principais centros logísticos ao redor do planeta.

Tal contexto, traz uma necessidade de revisão do modelo de desenvolvimento, que agora, deve sem dúvida, ser pensado como uma plataforma inovadora capaz de agregar novos modos de manter a floresta de pé, oferecendo serviços ecossistêmicos potencializadores de povos e de lugares. Catalisando novos investimentos comprometendo-se com uma agenda local/global protegendo o meio ambiente. Os economistas projetam que, a partir de 2027 (FMI, 2021), haja uma recuperação da economia global, até lá, é tempo de fazer a lição de casa forjando um modelo de desenvolvimento sustentável de baixo carbono capaz de mostrar para o mundo, que do centro da Amazônia Ocidental, a resposta está na altura dos novos/velhos desafios de uma nova década.

Nesse momento é difícil equacionar qual o tamanho da crise socioeconômica/geoeconômica que o novo coronavírus deixará de legado, mas sem dúvida, a COVID-19 mudou como vivemos e nos ensinou novos hábitos e formas de viver em sociedade. Já dissemos em outras análises que a pandemia carrega consigo um fator inicialmente de impacto bidimensional (sanitário e geoeconômico) (RIBEIRO SILVA, 2020; 2021).

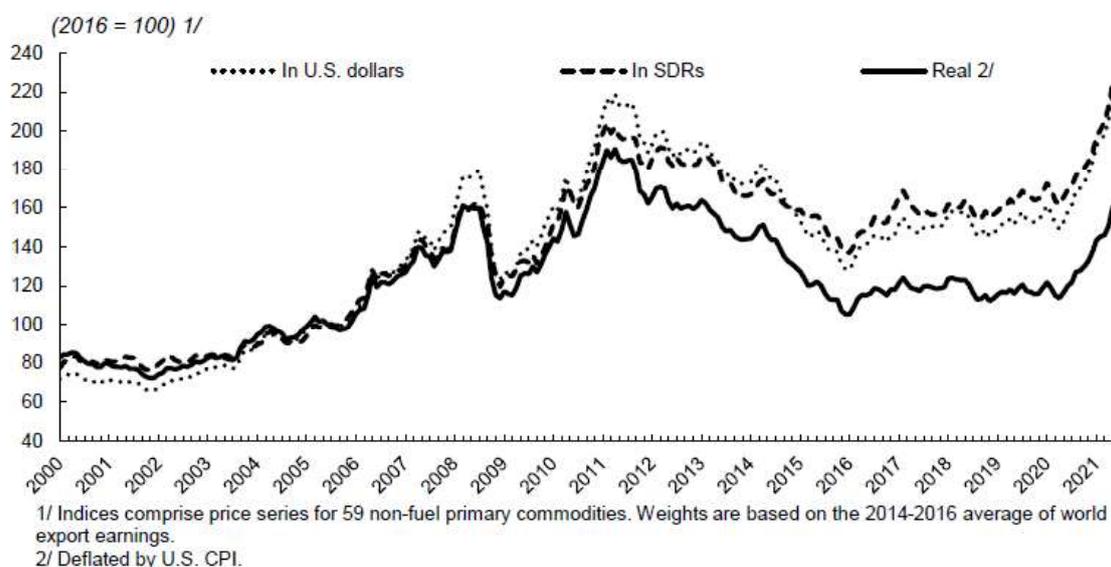
Primeiro, ela põe em xeque a capacidade dos Estados em conter o pico da curva epidemiológica que exige uma complexidade de equipamentos e serviços de saúde, que uma vez expostos a alta demanda entram em colapso e isso se aplica a sistemas de saúde privados, públicos de países pobres e ricos sumariamente. Em segundo lugar, a crise possui um fator geoeconômico, uma vez que afeta todas as cadeias produtivas globais, inclusive as de suprimento, do capitalismo contemporâneo que consiste desde a produção de *commodities* como açúcar, soja e minério de ferro até produtos de alto valor agregado como *smartphones* dentre outros (RIBEIRO SILVA, 2016a; 2017).

Chegamos num ponto central, as *commodities* agrícolas e minerais, ao longo desses 18 meses de pandemia, no seu vaivém de preços, apresentaram crescimento que variou 20% a 100% como mostra o gráfico 3. Insumos agrícolas como milho, soja e arroz subiram 84%, 79% e 59%, respectivamente, nesse período segundo dados do Fundo Monetário internacional (FMI, 2021). Outros insumos como trigo e o leite tiveram alta de 37%, o café robusta subiu 36%, e o açúcar ficou 40% mais caro. Esse cenário de expansão da demanda mundial por alimentos, que tem forte correlação com a evolução do PIB mundial, que deve crescer 4,4% em 2021, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nessa conjuntura, as *commodities*, sobretudo as intensivas em recursos naturais, ganham um destaque na pauta dos pressupostos do *Horizonte 2030*, já que meio ambiente passa a ser o ativo na recuperação, e, nas áreas já degradadas pré-pandemia, podem agora ser reflorestadas para a silvicultura para mercados de celulose, impulsionando as medidas podem potencializar a redução das emissões de poluentes na atmosfera compondo mercados de carbono.

Os resultados estão por aqui, a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) não é algo novo no século XXI e deve ser enfrentado com a alto grau de complexidade que a situação requer em decorrência de sua característica multidimensional envolvendo fatores (sanitários, econômicos, ambientais, geopolíticos, geoeconômicos e sociais), e por que não, da integração regional. Sem sombra de dúvida, a pandemia, ensinou para o mundo novas formas de nos organizar enquanto sociedade, agora é hora de seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) reposicionar o continente diante as fissuras que surgiram como potencialidades geoeconômicas sul-americanas em uma retomada pós-COVID-19.

**Gráfico 3:** Índice dos preços de *commodities* 2000-2021 – excluindo combustíveis.



**Fonte:** Fundo Monetário Internacional - FMI, 2021.

Reconhecer as potencialidades passa essencialmente em proteger a renda das parcelas sociais e porções regionais mais vulneráveis nas favelas das metrópoles do continente, sejam elas do lado Atlântico ou do Pacífico. Nesses rincões urbano-regionais e desiguais rastreando as fragilidades ambientais e, porque afinal de contas, a pandemia de COVID-19, é desafio fundamentalmente geopolítico/geoeconômico que pode ter na região AMACRO o potencial de

retomada das estratégias de integração regional no arco Norte da América do Sul, e, a seguir faremos essa apresentação.

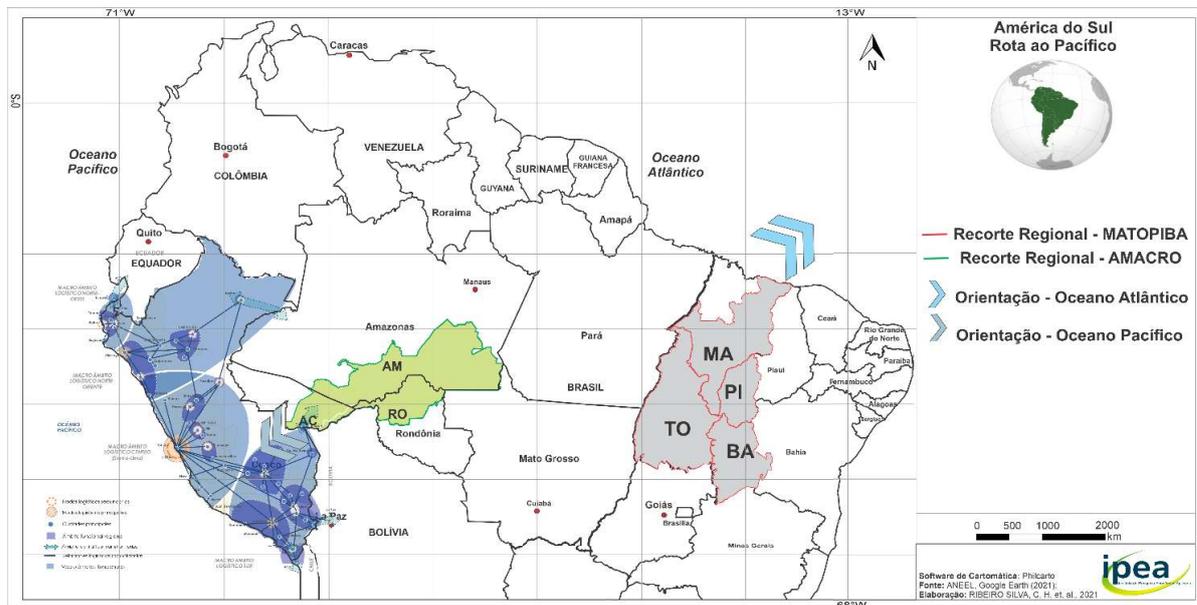
### **3. RETOMADA PÓS-COVID-19 E PERFORMANCE GEOECONÔMICA DA AMACRO**

Como apresentamos na primeira parte deste texto, consideramos no mínimo uma redução do espaço geopolítico e geoeconômico dos EUA com o mundo mais sino-cêntrico, definindo pela primeira vez, nos últimos 200 anos, uma transição de relações internacionais alicerçada não mais no oceano Atlântico e sim, agora, no Oceano Pacífico (CHATZKY e MCBRIDE, 2019). Nesse ponto reside uma questão regional na América do Sul fundamental e estratégica, qual o papel dos países do continente nessa ascensão chinesa no mundo pós-pandêmico? E para não fechar a agenda de pesquisa, qual seria o papel regional dos governos subnacionais na consolidação do debate acerca do desenvolvimento regional e integração regional sul-americana?

Somada a essas questões, a dimensão ambiental, torna-se central no debate sobre retomada de crescimento econômico no mundo como um todo e, no caso brasileiro, contribuiremos para esse debate no arco Norte da América do Sul, tornando-se assim o que Pecequilo aponta como o novo espaço geoeconômico do continente (PECEQUILO, 2013). Assim, no extremo Oeste da Amazônia Ocidental, os estados do Acre e Rondônia transformaram-se de lugares pouco expressivos na geografia econômica nacional para o lugar central e de meio do caminho para um mundo em transição geoeconômica e geopolítica como podemos compreender no mapa 1.

Neste caso, façamos o exercício de conceituar teoricamente o que compreendemos como *performance* geoeconômica: parâmetros positivos e/ou negativos de desenvolvimento econômico no pós-pandemia de COVID-19, no cujo fator ambiental é peça chave no alavancamento, estagnação e recessão das potencialidades geoeconômicas regionais e locais. Evidentemente, neste quesito, reconhecemos as contradições inerentes ao sistema capitalista, logo, fixadas nas estruturas territoriais do país, mas não permanentes ou insuperáveis.

**Mapa 1:** América do Sul | arco Norte – AMACRO e MATOPIBA



Fonte: Barros, et. al. 2021

Por isso, passa a ser dentro um contexto geopolítico e geoeconômico, passa a ser de interesse continental e compõe as metas do *Horizonte 2030* para analisar as principais características e performance geoeconômica na porção da Amazônia Ocidental extraindo assim as potencialidades de integração produtiva, logística e comercial para sustentar os projetos de regional em transportes na região Norte, com destaque para os estados do Acre, Rondônia, Amazonas.

Pensar o arco Norte do Brasil, faz parte de um exercício complexo de compreender vários brasis dentro desse imenso país. A questão regional impera nesse ponto e exige cautela e coerência em ler os dados e medidas tomadas pela ação do Estado em larga medida nos estados Amazônicos da região Norte do Brasil. Localizado no extremo Oeste do país, o estado Acre pertence a duas macrorregiões distintas a saber: a região Norte: Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e, em paralelo a região da Amazônia legal composta por Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão.

Esses dois fatores impõem uma realidade regional nortista totalmente distinta do que temos no Centro-Sul brasileiro, sobretudo, em tempos de pandemia. Com fronteiras internacionais com a Bolívia a Sudeste, e ao Sul e Oeste o Peru, são cerca de 869.265 mil habitantes, vigésimo quinto estado brasileiro termos demográficos, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,633 conferindo ao estado a posição de 21º entre os vinte

e sete entes federados, por isso, debater a questão do Acre, como ficou conhecido o debate no início do século XX é fundamental debater uma questão regional.

A conclusão das obras da Ponte sobre o Rio Madeira (BR-364) em Abunã/RO (Figura 1), inaugurada em 2021, consolidou como um hub de fluxos regionais crescentes de mercadorias e pessoas que se registram ao longo da *Rodovia Interoceânica Central* e sua continuação no território brasileiro, facilitando o trânsito de passageiros e cargas ao longo de um corredor asfaltado de 2.250 km entre as cidades de Porto Velho/RO, no Brasil, e San Juan de Marcona, no Peru (BARROS, et. al, 2020; 2021). A conectividade é complementada por uma variante para o porto Ilo-Matarani, localizado na costa marítima dos departamentos de Arequipa e Moquegua.

**Figura 1:** Ponte do Abunã/RO sobre o Rio Madeira



**Fonte:** Rede Amazônica

O investimento é financiado com recursos públicos do Tesouro Nacional do Brasil, sendo responsável pela sua execução o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) do Ministério da Infraestrutura.

Em se tratando de integração regional, a infraestrutura e meio ambiente são temas históricos e caros para o desenvolvimento da região amazônica. Entretanto, nos últimos 20 anos no Brasil, marcados pelas crises econômicas de 2015 e 2016, os estados mediterrâneos, e de potencial econômico do agronegócio que capitaneiam os números de desenvolvimento acompanhando a expansão da demanda chinesa.

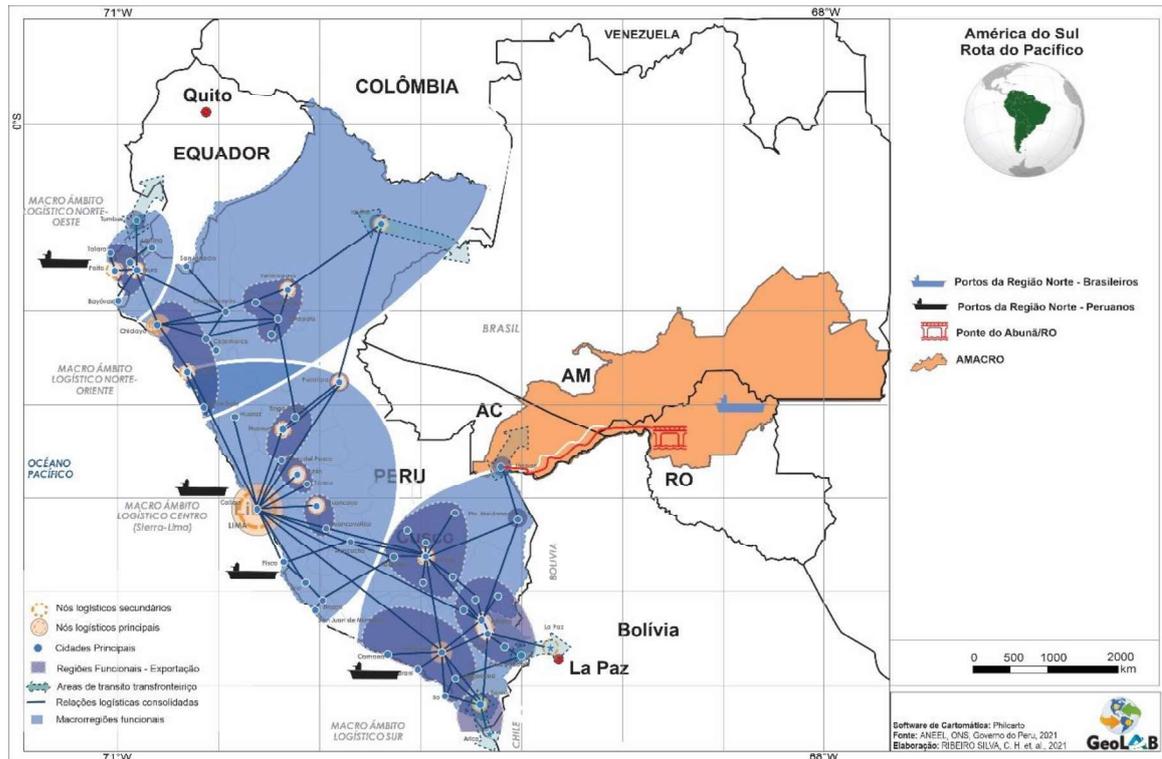
Nessa equação, nas Américas as fronteiras tanto as mediterrâneas, entendidas aqui com esse potencial bioceânico, sobretudo, nos Arcos Norte e Central da América do Sul, podem ser complementares e forjarem regiões ou sub-regiões geoeconômicas com *performances* positivas no campo do desenvolvimento produtivo. As rotas bioceânicas que estão em Mato Grosso, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Paraná, e, em especial o Acre, podendo assim protagonizar o palco da transição geoeconômica e mediterrânea que o Brasil pode apresentar

Desde 2015, o Brasil amarga uma crise econômica estrutural em decorrência de uma gama de fatores tanto de ordem político-econômica nacional quanto internacional, e mais recentemente é acrescido a esse contexto de crise, a pandemia de COVID-19.

Não entraremos aqui no mérito de cada um destes desafios, por uma questão de foco da abordagem deste artigo, mas são esses temas que, no sistema internacional, possuem traços geoeconômicos explícitos e nos dão pistas do que aconteceu com o Brasil nesse início de século, sobretudo, para esses estados que começam a figurar como alternativas geoeconômicas em tempos de redefinição da geopolítica global. Portanto, feito esse panorama teórico-metodológico que nos ofereça pistas para a direção do debate desta proposta que consiste em apresentar, ainda que em uma nota, esses fatores que consolidam essa nova sub-região geoeconômica chamada AMACRO (Mapa 2).

AMACRO é iniciativa idealizada pelos entes Federados (Amazonas, Acre e Rondônia), com apoio das autarquias Federais SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus e SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. A estrutura de governança atualmente encontra-se instituída apenas localmente, com Comitês Estaduais constituídos em 2020 na perspectiva de unir esforços e interagir com o Governo Federal em prol do fortalecimento, apoio político e institucionalização da iniciativa por meio de decreto presidencial. Atualmente está planejada delimitação da área com 32 Municípios, compreendendo uma população estimada de 1.782.055 de habitantes (IBGE, 2019). Porém, no âmbito do futuro decreto, se prevê a validação e eventuais atualizações de tal relação conforme ato do Ministério e comitê gestor que se pretende instituir (SUFRAMA, 2021).

Mapa 2: AMACRO e rota para o Oceano Pacífico.



Fonte: Barros, et. al. 2021

Que se surge em um cenário de crise, cujos epicentros da economia brasileira dá sinais fracos de recuperação, e, portanto, a AMACRO apresenta-se como uma nova oportunidade para o planejamento do desenvolvimento regional amazônico, principalmente a partir da conexão terrestre que Ponte do Abunã/RO oferecerá. A AMACRO pode ser a iniciativa que melhor acompanhará o deslocamento dos eixos da economia brasileira e global para o pacífico, bem como a logística de grãos para o arco Norte, já que esses estados, juntos tem crescido acima da média nacional (3,8%) entre 2003-2018 enquanto o Brasil acumula um crescimento (2,4%) no mesmo período (IBGE, 2018).

É uma agenda que se abre com uma *performance* geoeconômica da região AMACRO e decisivo o fator da economia internacional da América do Sul – com destaque para Bolívia/Peru e Brasil, e, deve de acordo com as balizas do Horizonte 2030, se distanciar dos problemas que MATOPIBA tradicionalmente carrega desmatamento, grilagem de terras etc. Nas fissuras das mudanças tectônicas que surgem, o desenvolvimento sustentável, deve reverter as tendências negativas dessas novas regionalizações na fronteira agrícola brasileira e continental que privilegie a performance geoeconômica em uma agenda positiva pós-crise.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a *performance* geoeconômica é um exercício de fôlego para consolidarmos saídas coordenadas da crise econômica e sanitária que o mundo perpassa. Nesse quesito, o que fica patente é a importância do olhar multidisciplinar capaz de reconhecer e apostar na *performance* geoeconômica da sub-região que carrega consigo a potencialidade de conectar os oceanos Atlântico e Pacífico.

Seja nos investimentos regionais, urbanos ou da biodiversidade, o fator ambiental deve ser a frente de ataque realçando as experiências regionais exitosas. Nesse ponto, Matopiba pode oferecer pistas do que não se pode fazer, degradar meio ambiente e entrar em conflito com povos tradicionais distanciando dos elementos fundamentais do agronegócio competitivo e modernizado. Os modelos de planejamento regional podem catalisar o que mais avançado no capitalismo contemporâneo e replicá-los na Amacro, com vistas para a transição econômica global, em direção a uma economia de baixo carbono, e, por que não, protagonizar uma *performance* geoeconômica de carbono neutro na produção, extração, exportação das *commodities* produzidas na sub-região.

Nesse momento de transição a economia global vê no horizonte surgir uma economia cujo motor é chinês e o padrão de sustentabilidade passar exercer papel central nas decisões de compra e venda das *commodities*. Apostar nas velhas práticas de desenvolvimento regional na Amazônia pode ser uma decisão equivocada, reduzindo a biodiversidade, relegando as cidades do bloco regional, a pobreza extrema e interferindo na regulação do clima do planeta. Enfim, é uma agenda que neste texto percorremos entre índices econômicos, de desenvolvimento urbano-humano-regional, papel do Estado, biodiversidade, características ambientais que forjam uma nova regionalização com uma *performance* geoeconômica com potencialidade de superar os velhos desafios de integração regional na Amazônia e na América do Sul, de todo jeito, em qualquer escala é uma agenda colocada nessa transição geoeconômica global e é para agora.

#### 5. REFERÊNCIAS

BARROS, P. S. **Desenvolvimento, integração e cooperação entre o Nordeste do Brasil e o Sul da Venezuela: políticas públicas para a integração Amazônia-Orinoco**. 2013. Tese (Pós-graduação) – Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3yeGXHh>. Acesso em: 13 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Corredor bioceânico de Mato Grosso do Sul ao Pacífico**: produção e comércio na rota da integração sul-americana. Campo Grande: UEMS; Brasília: Ipea, 2020, 186 p.

\_\_\_\_\_.; PADULA, R.; SEVERO, L. W. **A integração Brasil-Venezuela e o eixo Amazônia-Orinoco**. Brasília: Ipea, 2011. p. 33-41 (Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI). Não citado.

\_\_\_\_\_. SEVERO, L. W. RIBEIRO SILVA, C. H., CARNEIRO, H. C. A Ponte do Abunã e a Integração da AMACRO ao Pacífico. Brasília: Ipea, 2021. 45p. (**Nota Técnica**). <https://bit.ly/3CIJxwH>. Acesso em 8 set. 2021.

BERNARDES, L. M. C. Regiões Geoeconômicas. In **IPE/SUDEC (ed.). Diagnóstico Socioeconômico do Ceará. One**, Fortaleza: IPE/SUDEC, 1964. P.109-114. não citado

BLACK, C. (2014): O superciclo dos preços das *commodities* desacelerou ou está diante do fim? In: **Carta de conjuntura**, ano 23, nº4, 2p. <https://goo.gl/d9Zrng>

BLAS, J. (2012): Supercycle runs out of steam—for now. In: **Financial Times**. 3p.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira**: Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia. 2018

CHATZKY, A.; MCBRIDE, J. **China's massive belt and road initiative**. Council on Foreign Relations, 21 Feb. 2019. Disponível em: <https://on.cfr.org/3j6Q9aa>. Acesso em 29 mar. 2021.

CHATZKY, Andrew; MCBRIDE, James. China's Massive Belt and Road Initiative. **Council on Foreign Relations**. 21 de fevereiro, 2019. Disponível em: <https://on.cfr.org/3uk49le>. Acesso em 29 de mar. de 2021.

COWEN, D.; SMITH, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. In: **Antipode** Vol. 41 No.1, 2009.

DOBBS, R.; OPPENHEIM, J.; THOMPSON, F.; MARRELS, S.; NYQUIST S. SANGHVI, S. (September 2013): **Resource Revolution: Tracking global commodity markets**. MGI: Washington: DC.

EGLER, C. A. G. As Américas: singularidades de um continente plural. In: M. P.

\_\_\_\_\_. As vias abertas para a América do Sul. In: A. M. M. Bicalho; P. C. D. C. Gomes (Eds.); **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. p.45– 70. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2009a.

\_\_\_\_\_. Crise e Integração regional na América do Sul. In: F. Mendonça; C. L. Lowen-Sahr; M. Silva (Eds.); **Espaço e tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. p.661–673. Curitiba, PR: ADEMADAN, 2009b.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Informativo agropecuário de Rondônia de 2021**. Embrapa, fev. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3C0v75A>.

FERES, C. P. C.; STADUTO, I. W. Integração de infraestrutura no eixo Peru-Brasil-Bolívia. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO, 17.*, 2019, Foz do Iguaçu, Paraná. **Anais...** Foz do Iguaçu: Fomerco, set. 2019.

FMI, **Fundo Monetário Internacional**. Balanço global 2021.

FMI, **Global financial stability reports a report by the monetary and capital markets department on market developments and issues**, FMI, 2015. 200p.

GEIGER, Pedro P. Organização Regional do Brasil. *In: Revista Geográfica*, v. 33 (61), 1964 p. 25-58.

HOBBSAWN, E. **Industry and empire**. London: Penguin Books, 1999.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação das políticas de desenvolvimento sustentável do estado do Acre (1999-2012)**. Santiago de Chile: CEPAL, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3ydUw9H>.

KRUGMAN, P. OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 5ª ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Development, Geography, and the Economic Theory**. Cambridge, Mass.: The M.I.T. Press, 1995, 117 p.

LAZZARINI, S. C.; JANK, M. S.; INOUE, C. F. K. *Commodities no Brasil: maldição ou benção* *In: Bacha, E.; Bolle, M. B., O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate. (Org.)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MACHADO, L. O.; RIBEIRO, L. P.; MONTEIRO, L. C de R. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. **Cuadernos de Geografía – Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 2, jul.-dez. p. 15-30, 2014.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Resource Revolution: Meeting the world's energy, materials, food, and water needs**. McKinsey Global Institute and the McKinsey Sustainability & Resource Productivity Practice, 2014, 224p.

NOVAK, F.; NAMIHAS, S. **As relações entre Peru e Brasil, 1826-2012**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

PADULA, R. Da IIRSA ao Cosiplan da Unasul: a integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança. *In: DESIDERÁ NETO, W. A. (Org.). O Brasil e novas dimensões da integração regional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

PECEQUILO, C. S. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. In: **Carta Internacional** (USP), v. 8, p. 100-115, 2013.

REDIKER, D. Challenge Three: State capitalism 2.0. In: WEF, World Economic Forum, **Seven Geo-economics Challenges to globalization**. Coligny/Geneva Switzerland. 2015. 16p. Disponível em: <https://goo.gl/gQhSJq>. Acesso em 15 mai. 2018.

RIBEIRO SILVA, C. H. Política Industrial Brasileira e a Industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI. Tese (**Doutorado em Geografia**) UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. 2016a 278p.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a geoeconomia da montanha russa dos preços das *commodities*. **Mundorama - Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, v. 1, p. 1-5. 2016b. Disponível em: <https://goo.gl/CdDjtX>. Acessado em 09 fev. 2017

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.

WEF, World Economic Forum, **Seven Geo-economics Challenges to globalization**. Coligny/Geneva Switzerland. 2015. 16p. Disponível em: <https://goo.gl/gQhSJq>. Acesso em 15 mai. 2018.